

## **Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder**

*Ezequiel Hanke*<sup>1</sup>

*Celso Gabatz*<sup>2</sup>

Resenha de: DIP, Andrea. *Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 144p. ISBN 978-85-200-1362-5

A presente publicação de autoria da jornalista Andrea Dip, reconhecida pela sua atuação e cobertura de temas relacionados aos direitos humanos, violência contra as mulheres, exploração infantil, encarceramento em massa e prostituição, investiga as intrincadas estruturas sociais, políticas e simbólicas que sustentam a escalada de muitas denominações evangélicas ao poder no contexto brasileiro atual. Com uma linguagem incisiva, são apresentados aspectos relevantes da presença evangélica no espaço público e os possíveis desdobramentos em relação aos direitos de minorias. Trata-se de uma abordagem que busca identificar as demandas, os protagonistas e as estratégias com vistas a um projeto de poder.

Com o prefácio da também jornalista Marina Amaral, diretora e fundadora da ‘Pública’ agência de jornalismo investigativo, igualmente, reconhecida pela sua atuação no âmbito dos direitos humanos, a obra esboça uma “investigação engenhosa” que consegue com narrativa

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teologia pelo PPG das Faculdades EST. (Bolsista CAPES) Contato: [ezehanke@yahoo.com.br](mailto:ezehanke@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Pós-Doutorando na Faculdades EST. Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS); Mestre em História (UPF); Pós-Graduado em Ciência da Religião e Docência no Ensino Superior. Graduado em Teologia (EST); Filosofia (CEUCLAR) e Sociologia (UNIJUÍ). Integra o Grupo de Pesquisa Religiões e Sociedade (UNISINOS) e Teologia Pública em Perspectiva Latino Americana (Faculdades EST), São Leopoldo, RS. Contato: [gabatz12@hotmail.com](mailto:gabatz12@hotmail.com)

generosa trazer uma complexa discussão de forma precisa. A apresentação faz questão de acentuar que o Estado brasileiro é regido pelo princípio constitucional da laicidade.

O ponto de partida para a autora é o corte profundo na história do Brasil provocado por discursos de ódio que vem ganhando cada vez mais vez e voz, legitimando manobras políticas como as do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, bem como a proibição de debates acerca de políticas de inclusão e cidadania, feminismo, homofobia e aborto. Andrea lembra o cenário fluido que muda constantemente e a democracia que se tornou um conceito em disputa.

A obra encontra-se dividida em nove partes. Na primeira, a autora descreve a atuação de alguns pastores no âmbito do Congresso Nacional. São eles que se reúnem semanalmente em cultos e integram a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). De acordo com os dados explicitados nesta primeira parte, o crescimento de evangélicos no parlamento brasileiro e nos pleitos municipais acompanhou o crescimento das principais igrejas, segundo dados do último Censo Demográfico<sup>3</sup>. Os dois partidos com maior representatividade na FPE são o Partido Republicano Brasileiro (PRB), fundado em 2005 e que conta com 18 parlamentares, dos quais 12 são membros declarados da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e o Partido Social Cristão (PSC), mais alinhado com a principal denominação pentecostal brasileira, a Assembleia de Deus, que possui 09 parlamentares. Dos cerca de 90<sup>4</sup> deputados da FPE, 16 respondem processos no Superior Tribunal Federal (STF) por diversos crimes, como, por exemplo, crime eleitoral, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha (p. 36-38). A partir de detalhados levantamentos quantitativos, a autora apresenta também as doações por candidato, os dez maiores doadores e os Projetos de Lei com temas religiosos (p. 39-47).

Na segunda parte é apresentado um levantamento com base nas informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

<sup>3</sup> MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Unesp, 2014.

<sup>4</sup> Segundo o website da Câmara, atualmente 199 deputados compõe a FPE. <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>

(DIAP), que aponta para o fato de que o Congresso eleito em 2014 é o mais conservador da história desde o ano de 1964. Com a chegada do deputado carioca Eduardo Cunha à Presidência da Câmara dos Deputados e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, vários Projetos de Lei (PLs), são desarquivados, sobretudo os relacionados ao aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, fim do uso do nome social por travestis e transexuais, direitos conquistados pelas mulheres e pela população LGBTQ.

Amparada por pesquisas realizadas por Magali Nascimento Cunha, temas morais são os que unem os deputados, segundo Andrea. Também a partir das considerações da pesquisadora Christina Vital, Andrea afirma que nem sempre as pautas defendidas pela maioria dos deputados da FPE possuem motivos religiosos, como no caso, por exemplo, da redução da maioridade penal. As pautas foram se acentuando a partir de um descontentamento com o governo. O avanço nas questões concernentes às mulheres e população LGBTQ contrariavam as expectativas dos evangélicos no congresso. A situação ficou ainda mais complicada com o material “anti-homofobia” publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014. Passou-se a caracterizar o Partido dos Trabalhadores (PT) como o grande vilão da imoralidade presente no cenário brasileiro. Considerava-se que os ideais deste partido estariam diretamente imbrincados com a corrupção e com o esgarçamento do tecido social, ocasionando a perda das referências na família nuclear. Segundo Ariovaldo Ramos, ex-presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), trata-se, pois, de “um grupo que foi usado, abusado, botou povo na rua com o pessoal da direita e da extrema direita e agora são os maiores lesados pelo Golpe em curso e pela estupidez da elite branca brasileira” (p. 57).

Na terceira parte, a autora aponta para o momento histórico da admissibilidade do pedido de impeachment pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Momento histórico marcado de forma indelével pelos discursos que indicaram votos em nome da família, mas, também, fazendo menção a um notório torturador da ditadura militar e, como não poderia ser diferente, em nome de Deus. Eduardo Cunha foi peça chave na destituição de Dilma Rousseff.

Fora das articulações do Congresso Nacional, de um lado encontrava-se o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) que

se posicionou contra a abertura do processo ao ressaltar que a argumentação era frágil e intempestiva e que o afastamento da presidenta “conduziria ao caos” (p. 62). Também a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito fundada pelo pastor Ariovaldo Ramos seguia em oposição ao processo e, posteriormente, ao próprio governo Temer. Contava, a época, com mais de 4 mil adesões formais. De outro lado, o Conselho de Pastores do Brasil (CPB) e a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) assumiram uma posição incisiva não apenas para a admissibilidade do processo de impeachment, mas, sobretudo, para que pudesse “perder o mandato, Dilma deveria também ir para trás das grades” (p. 62). Silas Malafaia, o principal ativista da Associação Evangélica Vitória em Cristo, veiculou programas nas mídias sociais e nos canais YouTube parabenizando a FPE pelo posicionamento e ameaçando parlamentares que votassem contra o impeachment de Dilma Rousseff.

Na quarta parte são retomadas algumas perspectivas conceituais acerca das origens do pentecostalismo no Brasil fazendo referência a dois protagonistas, Gunnar Vingren e Daniel Berg. Valendo-se da descrição entabulada por Paul Freston, a autora realça que há diferenças importantes entre as igrejas consideradas de cunho “histórico” e as igrejas pentecostais. Tal constatação é sublinhada pela ênfase na crença dos dons do Espírito Santo. As denominações neopentecostais, por sua vez, seriam caracterizadas pela ênfase espiritual na guerra contra o diabo e seus representantes, na difusão da Teologia da Prosperidade (TP) e pelo abandono dos tradicionais costumes puritanos de santidade (p. 70). Um aspecto relevante na premissa entabulada por Andrea Dip em relação a igrejas alinhadas com a TP tem a ver com a história das concessões dos meios de comunicação (enquanto moeda de troca) pelo então presidente José Sarney em seu último ano de mandato.

A partir de um percurso histórico e compreensivo, a autora sublinha que já no ano de 1961 a denominação “O Brasil para Cristo” pôde eleger um deputado federal, fato que só voltaria a ocorrer com a Assembleia Nacional Constituinte no ano de 1988. A Igreja Assembleia de Deus desenvolveu desde então uma estratégia peculiar para ter um candidato a deputado federal em cada um dos estados da federação. O pano de fundo realçava a prerrogativa de que “irmão votava em irmão”. Paul Freston não vê influência na política brasileira segundo o modelo

norte-americano com o chamado Cinturão Bíblico, “região formada por estados denominados por um protestantismo conservador e por vezes fundamentalista”, mas, antes, como resposta às peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro. Para ele, apenas no Brasil existiriam estes fenômenos como das bancadas no âmbito do Congresso (p. 77).

No quinto capítulo a autora passa a caracterizar a TP e a Teologia do Domínio. De acordo com o sociólogo das religiões Ricardo Mariano, estes preceitos entabulam um ideal que propõe “que os cristãos, como sócios de Deus ou financiadores da obra divina, estão destinados a serem prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em todos os seus empreendimentos. Esta teologia, oriunda dos EUA, derruba por terra o velho ascetismo pentecostal, prejudica a imagem pública desde grupo religioso e concorre para por em xeque a tese que vê afinidades entre o pentecostalismo e o ‘espírito do capitalismo’” (p. 83).

A partir deste enunciado a autora apresenta discursos de parlamentares no âmbito do Congresso. Para ela, a Teologia do Domínio “comparada às denominações das vertentes Pentecostais precedentes, as Igrejas Neopentecostais parecem ir um pouco mais longe nessa luta contra o mal. O fato é que elas hipertrofiaram a guerra entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade” (p. 89). O missionário e tele evangelista Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares) pode ser apontado, neste sentido, como um grande propagador desta teologia. De acordo com Andrea Dip, seria característico destas Igrejas o ritual bélico, combativo, usado também pela FPE. Para além das alusões a práticas militares, cada vez mais frequentes estão as destruições e ataques a casas espíritas e terreiros de umbanda. Utilizando-se das referências teóricas de Ricardo Mariano, a autora ressalta que “essa é a grande novidade [...]. Do lado evangélico temos um verdadeiro exército de salvos com um projeto bem definido de expansão. De outro, pequenas comunidades que não entendem por que estão sendo atacadas e tampouco tem como se defender” (p. 91).

Na sexta parte de sua obra, a autora aponta para a exclusão dos debates acerca de gênero. Para ela, o pastor Silas Malafaia, os deputados Jair Bolsonaro e Pastor Marco Feliciano, além do senador Magno Malta, seriam os principais protagonistas do embate público contra a “ideologia de gênero”. Além de explicar o que está por trás da “ideologia de gênero”, Andrea apresenta na segunda parte deste capítulo uma entrevista

com educadora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Jimena Furlani. São apresentadas questões que apontam para a grande confusão teórica em relação ao assunto. Acentua-se, de forma cabal, que a pauta seria a condenação ou eliminação de palavras ou referências sobre a “diversidade”, “homofobia”, “gênero”, “identidade de gênero”. Em geral, tudo aquilo que poderia ser utilizado para conceituar e discutir direitos, liberdade e diversidade.

No sétimo capítulo faz-se uma descrição de projetos ou propostas com a “marca da besta”, segundo a terminologia utilizada pela autora. Um exemplo é o projeto do deputado federal José Olímpio (PSL/SP) que justifica a sua proposta contida no PL 7561/2014 acerca da proibição e implante de chips e dispositivos eletrônicos em seres humanos. Há também outro projeto que implica na alteração da redação do artigo 1º da Constituição. Este passaria de “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos da Constituição” para “Todo o poder emana de Deus”. São, na verdade, diversos os projetos sobre temas LGBTQ que, implicam, entretanto, em criminalizar comportamentos nas escolas que estariam induzindo ao que chamam de “ideologia de gênero” (p. 116). Nas Assembleias Legislativas, por extensão, existem determinações para a criação de feriados e concessão de Título de Utilidade Pública para Igrejas (o que as torna aptas para receber verbas públicas). Muitos violando, inclusive, as prerrogativas constitucionais.

No penúltimo capítulo a autora aponta para o crescimento do pentecostalismo nas periferias. Andrea Dip utiliza-se de uma palavra do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, para quem as Igrejas têm ocupado um vácuo deixado pelas esquerdas e o próprio Estado. De acordo com Boulos, a esquerda teria abandonado o trabalho de base que vinha sustentando durante anos os governos e passado apenas a apostar na política institucional durante os governos Lula e Dilma. Por extensão, desprezou a participação evangélica nas comunidades pobres, sendo que estes teriam sido cooptados pela direita por apresentar um discurso moralista e palatável (p. 120). Christina Vital já havia observado este fenômeno em seu livro *Oração de Traficante*. A participação de lideranças importantes do tráfico inseridas dentro das Igrejas Evangélicas tem sido cada vez mais frequente, influenciando a

estética das favelas com outdoors e muros pintados com mensagens bíblicas financiadas pelos próprios traficantes (p. 124).

O movimento final nesta obra busca responder a pergunta acerca daquilo que, efetivamente, pretendem os políticos evangélicos em sua inserção na arena pública brasileira. Trata-se, pois, de acordo com a autora, de uma pergunta complexa de responder. Mais instigante, no entanto, talvez seja a constatação de que a FPE é uma força estratégica e com um projeto de poder em curso, que se expressa, especialmente, a partir de três eixos: controle de corpos, manutenção de privilégios e, por fim, não menos importante, as próprias questões do poder.

É importante que a autora ressalte a diversidade presente no meio evangélico que não poderia ser analisada como um bloco monolítico. Para ela, fica claro que muitas vezes os políticos evangélicos defendem posturas mais conservadoras que os próprios fiéis. Ela alerta para o processo de manipulação dos conceitos que tem o objetivo de impedir importantes discussões na sociedade. Trata-se, pois, de uma leitura necessária e recomendada para quem busca descortinar melhor a realidade brasileira na perspectiva do poder em suas interfaces com as regras do jogo democrático.

### Referências

- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2014.
- MARIANO, Ricardo. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 4, n. 4, julho de 2003, p. 21-34.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Unesp, 2014.
- VITAL, Christina. *Oração de traficante*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>. Acesso em 15 de agosto de 2018.
- <https://diplomatique.org.br/neopentecostais-e-o-projeto-de-poder/>. Acesso em 15 de agosto de 2018.